

HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIAS (SÉCULOS XIX-XXI)

Organização de
Sérgio Campos Matos e Maria Isabel João



CEMRI  UAb

CENTRO DE ESTUDOS DAS
MIGRAÇÕES E DAS
RELAÇÕES INTERCULTURAIS
UNIVERSIDADE ABERTA

HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIAS
(séculos XIX-XXI)

(orgs.)
SÉRGIO CAMPOS MATOS E MARIA ISABEL JOÃO

HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIAS (séculos XIX-XXI)

ANA ISABEL BUESCU • ANA MARIA PINA
ANTÓNIO VENTURA • DANIEL ESTUDANTE PROTÁSIO
HUGO GONÇALVES DORES • IGNACIO PEIRÓ MARTÍN
ILARIA PORCIANI • JOÃO FRAZÃO COUVANEIRO
JOSÉ MANUEL GUEDES DE SOUSA • LUÍS REIS TORGAL
MARIA ISABEL JOÃO • NORBERTO CUNHA • PAULA MORÃO
PAULO RODRIGUES FERREIRA • RICARDO BRITO
ROBERT ROWLAND • SÉRGIO CAMPOS MATOS
TERESA SOUSA NUNES



CEMRI  UAb
CENTRO DE ESTUDOS DAS
MIGRAÇÕES E DAS
RELAÇÕES INTERCULTURAIS
UNIVERSIDADE ABERTA

Lisboa

Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e
Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais da Universidade Aberta
2012

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Historiografia e Memórias (séculos XIX-XXI)

AUTORES

Ana Isabel Buescu, Ana Maria Pina, António Ventura, Daniel Estudante Protásio, Hugo Gonçalves Soares, Ignacio Peiró Martín, Ilaria Porciani, João Frazão Couvaneiro, José Manuel Guedes de Sousa, Luís Reis Torgal, Maria Isabel João, Norberto Cunha, Paula Morão, Paulo Rodrigues Ferreira, Ricardo Brito, Robert Rowland, Sérgio Campos Matos, Teresa Sousa Nunes

ORGANIZADORES

Sérgio Campos Matos e Maria Isabel João

COPYRIGHT

Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais da Universidade Aberta e autores dos textos

CAPA

Musa Clio, "The Allegory of Painting" de Vermeer, pormenor.
Concepção Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

DATA DE EDIÇÃO

Dezembro de 2012

IMPRESSÃO

Sersilito - Maia

DEPÓSITO LEGAL

352299/12

ISBN

978-989-8068-13-2

TIRAGEM

500 exemplares

EDITOR

Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e
Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais da Universidade Aberta
Alameda da Universidade 1600-214 LISBOA - PORTUGAL
Tel. : + 351 217 920 000 • Fax: 351 217 960 063
Email: centro_historia@fl.ul.pt
URL: http://www.fl.ul.pt/unidades/centros/c_historia/index.html

DISTRIBUIDOR

DINAPRESS - Distribuidora Nacional de Livros, Lda.
Rua João Ortigão Ramos, 17 A
1500-363 Lisboa
Tel. : + 351 217 122 210 • Fax: 351 217 153 774
Email: comercial@dinalivro.pt
URL: <http://www.dinalivro.pt>

FINANCIAMENTO

Programa Operacional Ciência e Inovação 2010 do III Quadro Comunitário de Apoio (QCA III)

SUMÁRIO

7 INTRODUÇÃO

Sérgio Campos Matos e Maria Isabel João

1. ESCRITAS DA HISTÓRIA E HUMANIDADES

15 HISTORIANS, PROFESSIONALIZATION AND INSTITUTIONS: THE EUROPEAN ATLAS

Ilaria Porciani

43 ANTROPOLOGIA E HISTÓRIA: A PROPÓSITO DA PRIMEIRA PESSOA DO PLURAL

Robert Rowland

63 ENSAÍSMO, CRÍTICA E PROBLEMÁTICA DA HISTÓRIA

Norberto Cunha

75 REGIÃO, NAÇÃO E HISTORIOGRAFIA LOCAL - O CASO DOS AÇORES

Maria Isabel João

95 MEMORIALISMO E ESTADO NOVO. AS MEMÓRIAS SOBRE O PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

António Ventura

107 O CASO DE JOSÉ RÉGIO - MOTIVOS DA IDENTIDADE: TRADIÇÃO E ORIGINALIDADE

Paula Morão

2. NARRATIVAS E USOS POLÍTICOS DO PASSADO

121 HISTORIOGRAFIA E MITO: O CASO DE ALEXANDRE HERCULANO

Ana Isabel Buescu

143 MONÁRQUICOS E REPUBLICANOS: NARRATIVAS DAS REVOLUÇÕES LIBERAIS NO OCASO DO SÉCULO XIX

Ana Maria Pina

153 HISTORIOGRAFIA E INTERVENÇÃO CÍVICA: DE OLIVEIRA MARTINS À I REPÚBLICA

Sérgio Campos Matos

167 HISTORIA DE LA HISTORIA Y MEMORIA DE LA PROFESIÓN: ¿EXISTIERON HISTORIADORES LIBERALES EN LA ESPAÑA DE FRANCO?
Ignacio Peiró Martín

213 O ESTADO NOVO NA HISTORIOGRAFIA: UMA PERSPECTIVA CRÍTICA
Luís Reis Torgal

3. HISTORIADORES PORTUGUESES

251 O 2º VISCONDE DE SANTARÉM E A TRADIÇÃO DOCUMENTAL PORTUGUESA (1817-1846)
Daniel Estudante Protásio

263 A HISTORIOGRAFIA NO CURSO SUPERIOR DE LETRAS: O CASO DE REBELO DA SILVA
João Frazão Couvaneiro

275 CARLOS MALHEIRO DIAS, HISTORIADOR E ROMANCISTA
Teresa Sousa Nunes

289 OS INÍCIOS DA HISTÓRIA NA FACULDADE DE LETRAS DE LISBOA: QUEIRÓS VELOSO, OLIVEIRA RAMOS E AGOSTINHO FORTES
Hugo Gonçalves Dóres

307 MARCELO CAETANO, HISTORIADOR
Ricardo Brito

331 RUBEN ANDRESEN LEITÃO, HISTORIADOR E MEMORIALISTA
Paulo Rodrigues Ferreira

341 VITORINO MAGALHÃES GODINHO - HISTÓRIA, ENSINO E INVESTIGAÇÃO NOS ANOS 40
José Manuel Guedes de Sousa

363 RESUMOS/SUMMARIES

REGIÃO, NAÇÃO E HISTORIOGRAFIA LOCAL: O CASO DOS AÇORES

Maria Isabel João*

As ilhas dos Açores são um observatório privilegiado para compreender o fenómeno da evolução da historiografia local e regional, na época contemporânea. A descontinuidade geográfica e a grande distância em relação ao continente, que só lentamente se foi encurtando com a melhoria das comunicações, criaram o ambiente necessário para o desenvolvimento da consciência da diferença e da insularidade. Por um lado, essa consciência traduziu-se, na segunda metade do século XIX, por reivindicações político-administrativas de cariz autonomista e, por outro lado, desde cedo, as elites açorianas demonstraram um interesse muito acentuado pelo conhecimento da sua terra e um patriotismo local bem arraigado. O ambiente interno era potenciado pelos fáceis contactos com o exterior, dada a posição estratégica das ilhas no eixo de importantes rotas de navegação, o que mantinha pequenas minorias informadas dos movimentos culturais e políticos europeus, tendo alguns açorianos a disponibilidade e a formação necessárias para transpor essas ideias para os Açores.

Na verdade, havia nas ilhas uma elite que fizera um curso superior na Universidade de Coimbra ou mesmo no estrangeiro, e uma plêiade de autodidactas que alimentavam uma rica imprensa local e, sobretudo, revistas literárias que tinham como temas privilegiados, no século XIX, além da literatura, a história insular e a etnografia. Depois do estabelecimento da primeira tipografia, as publicações foram-se multiplicando, por vezes com o apoio de alguns mecenas locais, sobretudo das grandes famílias de proprietários micaelenses. Essas sementes lançadas no período oitocentista continuaram a germinar no século XX, apesar de as ilhas terem vivido períodos muito difíceis, marcados por elevadas taxas de emigração que levavam muitos dos melhores filhos da terra para a América e empobreciam

* Universidade Aberta

a vida cultural. Deste modo, é com a implantação do regime autonómico e com a fundação do Instituto Universitário dos Açores, em 1976, transformado três anos mais tarde em Universidade, que vão ficar criadas as condições para uma verdadeira explosão dos estudos históricos açorianos, nos últimos trinta anos.

Neste breve roteiro da historiografia sobre os Açores nos dois últimos séculos, teremos em linha de conta o conjunto da produção histórica que conhecemos, seja a de amadores e literatos que dedicaram especial interesse ao conhecimento das épocas e das figuras memoráveis, seja a de eruditos e de investigadores especializados que, por razões académicas ou de outra ordem, se debruçaram sobre o passado do arquipélago. A maior parte dos autores são naturais dos Açores, mas não são excluídos, naturalmente, os de fora das ilhas que escreveram sobre elas. O que nos interessa nesta abordagem é perceber como se foi construindo a história dos Açores, tendo em atenção as épocas e as concepções historiográficas, bem como a articulação entre os vários planos: o local, o regional e o nacional.

O século XIX começou com as invasões francesas e a partida da família real para o Brasil, mas as ilhas pouco foram afectadas por esses acontecimentos. As grandes dificuldades foram vividas nos anos 20 e 30, com a turbulência política própria daquele período de revoluções e os açorianos a terem de contribuir com homens e dinheiro para a implantação do regime liberal, num esforço que nunca foi contabilizado pelos historiadores, mas que marcou fortemente a memória colectiva. O acolhimento dos exilados liberais e o facto da ilha Terceira ter sido a sede do governo do Reino também trouxe uma certa abertura cultural e uma desusada agitação no viver pacato das ilhas. A tipografia chegou aos Açores no final de 1829 e a imprensa deu os seus primeiros passos, o que não deixaria de ter consequências no futuro. Não é em vão que os Açores se orgulham de ter o jornal com mais anos do país e um dos mais antigos da Europa. A relativa prosperidade gerada pelo comércio da laranja com a Inglaterra e a importância estratégica do arquipélago, situado no eixo das rotas atlânticas, facilitava uma certa disponibilidade de meios e de contactos com o exterior que eram de molde a incentivar a produção cultural de literatos e polígrafos locais.

Estes tinham o exemplo dos cronistas do período moderno para lhes servir de inspiração, os clérigos Gaspar Frutuoso, Diogo das Chagas, António Cordeiro, Agostinho de Montalverne e Luís Maldonado. Ainda impulsionada por um estilo clássico e setecentista, a produção do princípio do século XIX dava atenção às genealogias e memórias ao gosto da Academia Real das Ciências, como a *Memoria Chronologica dos Tremores mais Notaveis* que foi escrita por um oficial-engenheiro,

Luís António de Araújo, ao serviço do Capitão General, depois do próprio ter presenciado uma crise sísmica (Leite, 1990, II).

Na mesma linha insere-se o *Relatório das Cousas Mais Notáveis que havião nas Ilhas das Flores e do Corvo*, do padre José António Camões, em que além da “pormenorizada e cuidada descrição topográfica das ilhas em causa se introduzem muitas e criteriosas apreciações de ordem histórica e social” (*Ibidem*).

Claramente de circunstância são os trabalhos de resposta a uma obra que foi publicada em Inglaterra, *History of The Azores or Wetern Islands* (1813), em que o autor somente se identificava pelas iniciais T.A., que eram provavelmente de Thomas Ashe ou Adson, um capitão de granadeiros inglês, onde foi feita uma crítica muito negativa contra a administração portuguesa e se apelava à revolta dos açorianos que deveriam constituir um protectorado do Império Britânico. Os escritos de reacção patriótica foram um folheto de João Cabral de Melo e um artigo do major Francisco Borges da Silva, no *Investigador Português*, em Inglaterra, em ambos se invocava a história para defender a administração de Portugal nas ilhas e para reiterar o patriotismo dos açorianos. Este último anunciava a sua intenção de escrever uma história dos Açores que não chegou a realizar, mas que mostra a necessidade já sentida de ir além da *História Insulana*, de António Cordeiro, publicada em 1714.

A primeira geração liberal escreveu sobre a história dos Açores dominada pelas preocupações políticas do momento, com a convicção da necessidade duma profunda reforma da governação do Reino e das Ilhas Adjacentes. O micaelense Francisco Afonso da Costa Chaves e Melo publicou, em Lisboa, uma *Memoria Historica sobre as Ilhas dos Açores como parte Componente da Monarchia Portuguesa, com Ideias Politicas sobre a Reforma do Governo Portuguez e a sua nova Constituição* (1821), onde defendia que o arquipélago devia continuar integrado no conjunto do Reino Unido de Portugal e do Brasil e ser governado segundo a tradição, sem os desmandos praticados depois da ida da família real para o Brasil. Outros escritos de cunho político recorreram à narrativa histórica para justificar as suas posições e demandas, sejam os deputados de S. Miguel e do Faial que queriam acabar com a Capitania Geral ou os da Terceira que, pelo contrário, pretendiam demonstrar a bondade das ilhas se manterem unidas sob um mesmo governo, com sede em Angra. Entre os autores empenhados na mudança liberal e na valorização das ilhas refira-se Manuel José de Arriaga Brum da Silveira ou o padre Vitorino José Ribeiro que escreveram sobre as ilhas do distrito da Horta. Com o objectivo de contribuir para a alteração das políticas económicas e do estado de atraso dos

Açores podem referir-se vários estudos: as *Memórias Económico-Políticas sobre a Liberdade do Comércio de Grãos com a sua Aplicação aos Açores*, de José Acúrsio das Neves; *Os Fundamentos sobre o Projecto de Abolição dos Vínculos na Ilha de S. Miguel e nas mais dos Açores*, de João Bento de Medeiros Mântua; as *Reflexões sobre a Agricultura, Indústria e Comércio da Ilha Terceira*, de Tomás José da Silva, inspector da agricultura nos Açores, ambos saídos em 1822.

No conjunto destes trabalhos do início dos anos 20 sobressaiu a *Corographia Açorica*, do jorgense João Soares d'Albergaria e Sousa, que revelou nas páginas da obra ser um liberal de posições bastante radicais. Traçou um quadro de grande atraso e de incúria na administração das ilhas que urgia alterar. Na sua opinião, os Açores eram tratados como uma colónia e de forma "infame" pelos governos da metrópole, somente lembrados para cobrar pesadas contribuições, para fazer tirânicos recrutamentos e para impor proibições sobre a produção e o comércio, como as que recaíam sobre o tabaco, o sabão e urzela (João, 1991, p. 231). Defendeu que os Açores deviam possuir um governo provincial e conferiu grande importância aos municípios como organismos autárquicos. O texto é, essencialmente, um manifesto político eivado de patriotismo açoriano. Os Açores eram vistos como a pátria e ser patriota significava defender os interesses do torrão natal, seja os da ilha da naturalidade ou, de forma mais abrangente, os do conjunto do arquipélago.

A sua visão da história dos Açores descartou o mérito dos portugueses na descoberta dos Açores, a quem atribuía somente o reconhecimento. Quanto ao povoamento, também viu os açorianos como um povo proveniente de diversos grupos de europeus que se fixaram nas ilhas, afastando a exclusividade ou, sequer, a predominância dos portugueses. O período do governo dos capitães dos donatários foi olhado de forma idílica por Albergaria e Sousa, como um tempo "fértil e pacífico". Na governação filipina situou a época da "florescência" dos Açores. Em contrapartida, os governos da capitania-geral e os das câmaras municipais que se sucederam depois da Restauração teriam sido perniciosos para os Açores. Neste aspecto, as culpas não eram somente do poder central, também cabiam aos grupos sociais dominantes das ilhas que eram execrados por serem compostos da "mais alta aristocracia e da mais crassa ignorância" (Sousa, 1822, p. 46).

A ideia desta obra surgiu numa reunião de jovens açorianos que pretendiam colmatar a ignorância demonstrada nas Cortes sobre os Açores. O corógrafo foi escolhido pelo grupo e assinou somente com as suas iniciais, o que mostra que havia algum receio de eventuais retaliações. De facto, o opúsculo foi aprovado pelos

quadrantes liberais, mas condenado pelos realistas. O relator foi preso volvidos seis anos, no período miguelista. José Torres considerou, mais tarde, que a obra não tinha valor e era o produto de jovens exaltados e radicais, mas não deixou de influenciar o que poderíamos designar como a cultura patriótica açoriana oitocentista. Afinal, os Açores eram vistos como a pátria, com uma ligação ao Reino complexa, por causa da geografia, do “insulamento” como então se dizia, e da própria história das relações com o continente, e os açorianos faziam parte dos povos do Novo Mundo. A atracção pela América já estava bem presente na *Corographia*, o que se compreende porque aqueles povos eram vistos como exemplos de luta pela liberdade.

Depois da introdução da tipografia em Angra, foi editada a *Folhinha da Terceira*, entre 1830 e 1832. A redacção da parte histórica é, geralmente, atribuída a José António Guerreiro, e segue uma orientação “apologética e comprometida” com o liberalismo (Leite, 1990, p. VIII). Naturalmente, após a vitória do regime liberal, os vencedores construíram a memória histórica que melhor servia para fundamentá-lo na consciência dos cidadãos. Os novos valores estavam presentes no discurso histórico e a organização do sistema de ensino, com a criação dos liceus nas capitais de distrito, propiciou as condições para se ampliar o interesse pelo passado. Uma geração de liberais investiu no seu conhecimento como uma forma de desenvolver a consciência cívica e patriótica dos portugueses. Os exemplos eram nacionais, com Alexandre Herculano no topo, mas ao nível local destacou-se também uma historiografia empenhada em fazer valer a história como “mestra da vida” e como formadora dos cidadãos.

Nesta ordem de ideias distinguiu-se o padre Jerónimo Emiliano de Andrade, professor e pedagogo, que foi também reitor do liceu de Angra, com diversas publicações sobre história destinadas ao ensino, entre as quais se destaca a *Topographia ou Descrição Phisica, Politica, Civil, Ecclesiástica e Histórica da Ilha Terceira*, oferecida à mocidade, em três volumes, depois ainda continuados por apontamentos póstumos, que saíram dos prelos nos anos 40 e em 50. A primeira versão dos textos foi publicada no *Annunciador da Terceira* para ter mais fácil divulgação junto do público leitor. A estrutura da obra contempla a geografia da ilha, a divisão eclesiástica e civil, a descrição da cidade de Angra do Heroísmo e das freguesias então existentes, bem como a narrativa da história terceirense. Curioso é o texto onde se refere à índole e carácter dos terceirenses que pretende defender de injustas acusações de outros escritores, mormente por causa dos confrontos que houve pelo facto da ilha ter sido a sede da Capitania-Geral. Escreve ele que

os seus conterrâneos são suaves e talentosos, distinguindo-se por serem “amantes de brincos e festejos públicos” e gostarem do “fausto e do prazer”, de um modo mais excessivo que o dos outros açorianos (Andrade, 1843, I parte, p. 71).

Além dele, outro terceirense se destacou entre os historiadores liberais, Francisco Ferreira Drummond, que foi um pesquisador incansável dos arquivos locais, sejam os das câmaras municipais, das paróquias, da alfândega de Angra, dos Órfãos da Praia e mesmo os repositórios de alguns privados, como o do Visconde de Bruges (*Ibidem*, XVI). A Câmara de Angra contratou-o, em 1845, para extrair dos livros antigos os documentos mais importantes para a história da ilha, o que fez efectivamente. Foi também um leitor atento dos cronistas, extraindo deles informações e ensinamentos sobre a história dos Açores. A sua obra mais importante é os *Anais da Ilha Terceira* que foi publicada pela Câmara Municipal entre 1850 e 1864. Antes dela já havia escrito uma *Memória Histórica da Capitania da Vila da Praia da Vitória*, encomendada pelo respectivo município. Não pôde concluir um projecto mais vasto que intitulou *Apontamentos Topográficos, Políticos e Eclesiásticos para a História das Nove Ilhas dos Açores, servindo do suplemento aos Anais da Ilha Terceira*. Não era uma história geral dos Açores, mas somente um trabalho provisório que tinha consciência de precisar de ser mais aprofundado. O manuscrito foi editado pelo Instituto Histórico da Ilha Terceira, em 1990.

Drummond é representativo da evolução dos métodos historiográficos e manejou a heurística e a hermenêutica para escrever narrativas mais rigorosas e fundadas nos documentos. Durante uma fase da vida colaborou em periódicos locais com artigos de índole histórica, como *O Terceirense*, *O Angrense* e *O Catholico Terceirense*, contribuindo assim para a divulgação da investigação que ia realizando nos arquivos. O mesmo intuito teve a *Revista dos Açores* publicada, em Ponta Delgada, em 1851, por um grupo de literatos em que se distinguia José de Torres. A sua duração não foi longa, mas deveu-se-lhe a publicação de diversas fontes e memórias inéditas ou retiradas de livros raros. Nesta revista, o referido estudioso defendeu a necessidade de se escrever a História dos Açores inserida num plano vasto de uma História de Portugal, onde as ilhas ocupariam de pleno direito um lugar importante pela sua participação nos destinos do país e pela especificidade da sua própria trajectória.

José de Torres não se destacou como historiador, mas como um coleccionador de bibliografia e de documentação sobre as ilhas que juntou nas *Variiedades Açorianas* que estão depositadas na Biblioteca de Ponta Delgada, no fundo do

José do Canto. Este trabalho que ficou inédito foi o precursor do *Arquivo dos Açores*, dirigido por Ernesto do Canto. Da pena de José Torres ficou somente uma biografia de Bento de Góis, escrita no estilo romântico, e um ensaio sobre as navegações dos portugueses no Atlântico setentrional, no século XV, que se integra na corrente da época que pretendia demonstrar a prioridade e a originalidade dos descobrimentos portugueses.

A história dos municípios teve o impulso de uma portaria de 8 de Novembro de 1847, do Ministério do Reino, que determinava que todos os concelhos deveriam ter um livro com o relato dos respectivos sucessos notáveis. O efeito prático da lei foi limitado, mas ainda se fizeram algumas compilações de carácter monográfico. Nos Açores, a obra *Anais do Município das Lajes das Flores*, iniciado por João Augusto da Silveira e continuado pelo neto homónimo, é um exemplo desse tipo de trabalhos.

Outro estímulo importante para o desenvolvimento da história local prendia-se com a organização dos arquivos e a preservação de documentos antigos. Nos anos 50, a Academia Real das Ciências enviou para os Açores o comendador Bernardino José de Sena Freitas com a missão oficial de estudar e conservar os arquivos nas ilhas de S. Miguel e Terceira. No final do seu trabalho, elaborou um relatório que foi publicado em 1856, onde teceu valiosas considerações sobre a importância dos arquivos. Em Angra, Sena Freitas organizou o arquivo das repartições extintas que estava em risco de se perder numa dependência do antigo hospital da cidade (*Ibidem*, IX). Um bom exemplo do seu estilo muito académico e apegado aos documentos é a *Memória Histórica sobre o Intentado Descobrimento de uma Suposta Ilha ao Norte da Terceira nos anos de 1649 e 1770, com muitas notas ilustrativas e documentos inéditos*, que foi publicada pela Imprensa Nacional, em Lisboa.

Na segunda metade do século XIX, reuniram-se condições políticas de estabilidade e de desenvolvimento que trouxeram ao país e às ilhas dos Açores uma relativa melhoria do modo de vida, sobretudo para as camadas médias da população. A população açoriana aumentou até ao censo de 1878, quando a grave crise da agricultura se traduziu numa forte corrente emigratória e num saldo demográfico negativo, de que as ilhas não viriam a recuperar até ao final do século. De qualquer modo, as bases foram lançadas para que surgissem gerações mais preparadas do ponto de vista intelectual e para que a actividade cultural fosse superior, em especial nas três capitais de distrito. Em Ponta Delgada, teve considerável impacto a estada do poeta Feliciano de Castilho, entre 1847-1850,

porque animou as tertúlias locais e a imprensa. Os estrangeiros também percorriam as ilhas e alguns fixavam-se nelas, como aconteceu com os americanos da família Dabney na cidade da Horta, trazendo algumas novidades para o quotidiano dos açorianos.

A vida intelectual girava em torno da imprensa que se expandiu na segunda metade da centúria, mas os Grémios Literários foram também um factor de sociabilidade importante para os letrados açorianos (Enes, s/d). Em muitas destas agremiações pontificavam elementos da maçonaria ou para-maçónicos e promoviam-se saraus literários, espectáculos de teatro e música, exposições de objectos de arte, abriam-se bibliotecas e gabinetes de leitura, dinamizavam-se festejos e publicavam-se revistas. O espírito do século estava bem representado neste género de associações cívicas e culturais que tinham um destacado interesse pela história, o qual se acentuou com as sucessivas comemorações dos centenários das duas últimas décadas do século. Entre as publicações que tiveram importância cultural pode referir-se a *Revista dos Açores* (1851-1853), redigida por José Torres e outros, já citada, *A Revista Açoriana* (1853-1856), em que colaboraram Francisco Maria Supico, Mariano José Cabral e José Bensaúde, o *Jornal do Grémio Literário de Angra* (1868-69), da responsabilidade de João Carlos Rodrigues da Costa, *O Atlântico* (1862-1904), e a revista *Grémio Literário* (1880-1884), onde se destacaram Ernesto Rebelo, Manuel Zerbone Júnior e Florêncio Terra, ou ainda na Horta *O Açoriano* (1883-1896), fundado por Garcia Monteiro.

No período oitocentista deu-se uma importância muito grande à publicação de colectâneas documentais que eram, afinal, a base para se poderem realizar os estudos monográficos. Inspirado pela publicação dos *Portugaliae Monumenta Historica*, Ernesto do Canto (1831-1900) coordenou a edição de doze volumes do *Arquivo dos Açores*, entre 1878 e 1892. Depois da sua morte ainda foram publicados os volumes XIII (1920), o XIV (1927), com documentação referente sobretudo a S. Miguel, e o XV (1959), dedicado a Santa Maria e concebido originalmente por Manuel Monteiro Velho Arruda para dar à estampa o seu labor de muitos anos de recolha de documentos (Rodrigues, 1996). A colaboração no *Arquivo* foi vasta e reuniu diversos nomes ilustres das letras açorianas, como Jacinto Inácio de Brito Rebelo (1830-1920), o P. José Joaquim de Sena Freitas (1840-1913), José de Arriaga (1848-1921), Francisco Afonso de Chaves (1857-1926) e Manuel Monteiro Velho Arruda (1873-1950). O conteúdo desta obra monumental, inicialmente publicada em fascículos, é muito amplo e variado, com critérios de organização pouco sistemáticos, mas de inegável valor para o

conhecimento da história das ilhas pela diversidade dos documentos inéditos que trouxe a público e de alguns estudos ali inseridos.

Outra colectânea documental importante foi a de Monteiro Velho Arruda intitulada *Colecção de Documentos Relativos ao Descobrimento e Povoamento dos Açores* (1932). As duas questões eram de grande importância para os historiógrafos locais e interessavam também os autores nacionais que se debruçavam sobre estes temas. As posições dividiam-se entre os que davam a primazia aos navegadores henriquinos, os que consideravam que o descobrimento era anterior e o mérito não pertencia aos portugueses que se teriam limitado a fazer o reconhecimento de algo que já vinha assinalado nos portulanos medievais. A ideia de uma descoberta que remontaria à Antiguidade Clássica já fora abandonada, por esta altura. A tese mais corrente atribuía o descobrimento a Gonçalo Velho Cabral, em 1432, por mando do Infante D. Henrique, e baseava-se na leitura das *Saudades da Terra*, de Gaspar Frutuoso. Nesta ordem de ideias, o jornal *O Correio dos Açores* promoveu a comemoração do centenário do descobrimento, em 1932. Porém, a polémica foi intensa e o faialense António Ferreira de Serpa (1865-1939) defendeu o descobrimento da primeira ilha, a de Santa Maria, ainda no reinado de D. Afonso IV, numa série de artigos no jornal *República*. Esta posição colidia com a dos estudiosos da história da náutuca, como o almirante Gago Coutinho, e com a famosa legenda do mapa de Valsequa, donde se podia inferir o nome de Diogo de Silves ou Sunis e o ano de 1427. Este assunto continuou a apaixonar os investigadores e a suscitar controvérsia, não estando o caso encerrado.

O descobrimento das outras ilhas do arquipélago também suscitava o interesse dos estudiosos, em especial a mais tardia das ilhas do grupo ocidental. Ernesto do Canto escreveu considerações sobre a descoberta destas ilhas, as Flores e o Corvo, bem como uma memória muito bem documentada sobre os Corte Reais. O outro tema ligado à história das navegações e dos descobrimentos que mobilizou os investigadores insulares foi o da prioridade dos açorianos nas viagens para o Ocidente. A comemoração do centenário colombo, em 1892, foi o pretexto para trabalhos sobre a matéria, distinguindo-se o estudo de Ernesto do Canto sobre *Quem deu o nome ao Labrador?*, onde tratou da exploração do Atlântico Norte por João Fernandes Lavrador e Pêro de Barcelos, ambos moradores da ilha Terceira.

A par das descobertas, a questão do povoamento é de crucial importância para a memória colectiva, porque se prende com o problema da identificação das origens dos açorianos. Os documentos das chancelarias permitiram ir conhecendo

os processos e os ritmos da ocupação humana das ilhas, que foi feita de forma irregular e prolongada no tempo. Diversos autores locais, na senda da *Corographia Açorica*, entendiam que os açorianos derivavam de várias nacionalidades europeias, mas a tese da origem maioritariamente portuguesa foi-se impondo a partir de evidências documentais e dos estudos linguísticos e etnográficos. Já no século XX, Luís da Silva Ribeiro afirmou, numa conferência justamente intitulada *Os Açores de Portugal*, que foi relativamente pequena a influência estrangeira no desenvolvimento das ilhas, “como o demonstram os costumes genuinamente portugueses, a língua e a persistência de certas tradições eminentemente nacionais” (Ribeiro, 1983, vol. II, p. 4). Ressalvou, em nota, a influência flamenga nalgumas ilhas, a castelhana por causa da ocupação filipina, os negros provenientes dos antigos escravos, que se cruzaram com os europeus, e os judeus que por variadas razões aportaram aos Açores. A ideia central é de que o açoriano é “o português puro que nas épocas gloriosas da nossa história se isolou no meio do Atlântico” (*Ibidem*, vol. III, p. 6). Uma posição que foi, posteriormente, subscrita por diversos autores, inclusive por Vitorino Nemésio, no contexto fortemente nacionalista do Estado Novo, em que os açorianos apareciam como os herdeiros directos dos portugueses da época de maior glória da nação.

O problema da colonização das ilhas interliga-se com outro que, desde a cronística, tem merecido a atenção dos estudiosos: a genealogia. Ernesto do Canto começou por aí e deixou diversos estudos genealógicos, nos quais também colaborou o jorgense João Teixeira Soares de Sousa. Marcelino Lima (1868-1961) e Ferreira de Serpa procuraram a origem das famílias faialenses; o general Francisco Soares de Lacerda Machado (1870-1961) tentou identificar os primeiros povoadores do Pico e Rodrigo Rodrigues deixou seis volumes manuscritos de genealogias sobre as famílias das ilhas do grupo oriental, S. Miguel e Santa Maria (Pereira, 1988, XLV, p. 683).

A história dos municípios continuou a ser feita por vários investigadores locais: o P^{re} Manuel de Azevedo da Cunha elaborou os anais dos concelhos da Calhera e do Topo, da ilha de S. Jorge; Marcelino Lima estudou o município da Horta, F. S. Lacerda Machado fez a história do concelho das Lages, da ilha do Pico. António Lourenço da Silveira Macedo publicou, em 1871, a *História das Quatro Ilhas que Formam o Distrito da Horta*, em três volumes completados com documentos extraídos dos arquivos locais e da Torre do Tombo, em Lisboa. As ilhas também mereciam trabalhos individualizados, como as descrições históricas, estatísticas e topográficas da ilha Graciosa, de Félix José da Costa e

de António Borges do Canto Moniz, ou os apontamentos sobre S. Jorge, de J. Duarte de Sousa e de José Cândido da Silveira Avelar, ou a *Memória sobre a Ilha Terceira*, da Alfredo da Silva Sampaio. Ninguém se abalançava a fazer uma história geral dos Açores, mas Gabriel de Almeida publicou, em 1893, um *Diccionario Histórico-Geographico dos Açores*.

No domínio da história institucional e política, o foco da atenção dos investigadores do último quartel do século XIX e das primeiras décadas do século XX dirigiu-se para questões como a governação dos capitães dos donatários, a dominação filipina, as reformas pombalinas, em especial com a introdução da capitania geral, e as revoluções liberais. Entre eles distinguiu-se o micaelense Francisco d'Ataíde Machado de Faria e Maia com os subsídios para a história de S. Miguel e da Terceira, precisamente, em torno dos homens da governança e das suas acções, em dois volumes que abarcam a primeira época, dos primórdios da colonização ao primeiro capitão general, D. Antão de Alamada, e deste até 1831, ao governo da Regência.

As vicissitudes da implantação do regime liberal suscitou, naturalmente, um interesse especial nestas gerações. Assim, é valioso o trabalho do faialense José de Arriaga sobre *História da Revolução Portuguesa de 1820*, publicado entre 1886 e 1889, no Porto. Ernesto do Canto contribuiu com um *Catálogo das obras nacionais relativas aos sucessos políticos de Portugal nos annos de 1828 e 1834* que vem na linha da sua actividade como bibliófilo, a qual para a história local se traduziu na edição da *Biblioteca Açoriana*, na senda dos trabalhos de Barbosa Machado e Inocêncio Francisco da Silva. Especificamente para a história local das revoluções liberais podemos referir: estudos como o do marquês de Jácome Correia, na *Revista Micaelense*, que aborda a revolução de 1821 na ilha de S. Miguel e a separação do governo da capitania geral da Terceira; o de Faria e Maia já citado e outros, como o que fez sobre um deportado da "Amazonas" e sobre a época liberal nos Açores, 1810-1834; a obra de Marcelino Lima sobre *Liberais e Miguelistas na Ilha do Faial* e o trabalho ligeiro de Vitorino Nemésio sobre *A Terceira durante a Regência (1830-1832): estudo anedótico de um ambiente romântico*.

Entre os historiadores locais da primeira metade do século XX é importante destacar o advogado micaelense Urbano de Mendonça Dias (1878-1951) com uma vasta obra que abrange diversos campos da história dos Açores e revela um efectivo trabalho de pesquisa e tratamento das fontes históricas. A talhe de foice, pode-se indicar: *A Vila: Publicação Histórica de Vila Franca do Campo* (6 vols., 1915-1927); *História da Instrução nos Açores* (1928); *História do Vale*

das Furnas (1936); *A Assistência Pública no Distrito de Ponta Delgada: Estudo sobre as Casas de Beneficência das Ilhas de São Miguel e Santa Maria desde a sua Colonização* (1940); *Instituições Vinculares: os Morgados das Ilhas* (1941); *Ponta Delgada: Descrição de quando foi lugar e vila e da Cidade: esborço histórico* (1946); *Madre Teresa d'Anunciada: a Freira do S. S. Cristo dos Milagres* (1947); *História das Igrejas, Conventos e Ermidas Micaelenses* (3 vols., 1949); *A Vida de Nossos Avós* (9 vols., 1944-1949); *Literatos dos Açores: Estudo Histórico sobre os Escritores Açorianos* (1931), entre outros. A *História dos Açores* (2 vols., 1928) fazia a síntese possível, depois das colectâneas documentais que as gerações anteriores tinham deixado como herança.

Os temas de história económica despertaram o interesse dos historiadores locais, com destaque para o que se prendia com a agricultura. Não foi alheio a tal facto a fundação da Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense, em 1843, e a publicação do respectivo jornal, *O Agricultor Micaelense*. Os eruditos açorianos, na linha das *Memórias Económicas* da Academia das Ciências e, posteriormente, dos estudos económicos que se desenvolveram na segunda metade de oitocentos, realizaram pequenos estudos monográficos sobre diversas produções, sobre os problemas da propriedade da terra, dos vínculos, dos baldios, do arrendamento e sobre as indústrias tradicionais próprias de uma sociedade rural. As histórias dos municípios e das ilhas têm, por vezes, um apontamento sobre a vida económica e o próprio *Arquivo dos Açores* compilou documentação sobre a matéria. Apesar das questões agrícolas e rurais dominarem as preocupações dos investigadores, também fizeram trabalhos sobre as pescas, as indústrias, os transportes, em especial a navegação de longo curso e de cabotagem, o comércio interno e externo, a moeda e as crises das subsistências.

Neste domínio, destacou-se nas últimas décadas do século XIX, o micaelense Gabriel de Almeida com breves notícias e memórias sobre o cultivo do chá, do tabaco, as pescas, e a *Industria Agricola, Typographica e Lytographica da Ilha de S. Miguel*. José Canavarro Faria e Maia e Aníbal Gomes Ferreira Cabido, com vários artigos publicados no *Boletim do Trabalho Industrial*, deram continuidade a estes estudos em S. Miguel. José de Serpa escreveu sobre a indústria piscatória nas ilhas do Faial e do Pico (1886) e Jácome de Ornelas Bruges publicou um trabalho sobre a agricultura, o gado e as indústrias anexas, na Terceira (1915), que foi a dissertação da licenciatura no Instituto Superior de Agronomia. Esta linha de estudos desenvolveu-se, substancialmente, no século XX com a criação da Comissão Reguladora dos Cereais do Arquipélago dos Açores e a publicação

do respectivo *Boletim*, entre 1945-1962 (36 números), com a elaboração dos relatórios de licenciatura (Enes, 1994, pp. 269-270) e, de modo geral, com a preocupação com as questões do desenvolvimento das ilhas. Todavia, somente uma pequena parte dos trabalhos realizados têm uma componente de narrativa histórica e se debruçam sobre o passado, fornecendo informação sobre a origem e as transformações que determinada actividade sofreu ao longo do tempo.

Vem a propósito referir que é muitas vezes ténue a fronteira entre os estudos históricos e os etnográficos. Uma parte dos trabalhos sobre as actividades rurais era constituída por registos de tradições que ainda se mantinham vivas ou que perduravam na memória das populações. A observação dos comportamentos e actividades populares, a recolha de testemunhos orais e os inquéritos desempenhavam um papel importante na reconstituição do modo de vida dos “nossos avós”, de acordo com o título da obra de Urbano Mendonça Dias. Este tipo de olhar remontava à primeira geração romântica que se dedicou a descrever a terra e a gente que compunham a pátria. Recorde-se Almeida Garrett e *As Viagens na Minha Terra*, uma empresa que teve continuidade noutros projectos que, nos dois últimos séculos, permitiram criar as identidades nacionais (Thiesse, 2000). De forma simétrica, também se aplicaram às unidades espaciais de menor dimensão, sejam as províncias, os concelhos ou, numa escala ainda mais diminuta, as cidades, vilas e freguesias que são o torrão natal. No caso dos Açores, a ilha é naturalmente uma dimensão essencial para a identificação colectiva e funciona como uma verdadeira micro-pátria para os seus naturais. A identidade açoriana foi construída através de um diálogo entre as várias dimensões do território: na base, estava naturalmente a ilha ou, numa escala mais ínfima, a localidade donde se era natural; a seguir colocava-se o arquipélago, unido na província ou, mais recentemente, na região autónoma; por fim, estabelecia-se a relação com a nacionalidade portuguesa. No processo de construção da identidade cultural que tem como quadro o território entrelaçam-se, geralmente, a geografia, a história e a etnografia.

A geografia aparecia, desde a época moderna, sob a forma das corografias e, além da já referida *Corographia Açorica*, outras foram publicadas no século XIX, podendo citar-se a de Alberto Teles, *Corographia Geral dos Açores*, editada pela Imprensa Nacional, em 1889. Na linha dos estudos etnográficos, importa referir a compilação dos *Cantos Populares do Archipelago Açoriano* que foi editada por Teófilo Braga, mas foi coligida pelo jorgense João Teixeira Soares de Sousa (1827-1882). Contudo, dois investigadores açorianos distinguiram-se especialmente neste domínio: o terceirense Luís da Silva Ribeiro (1882-1959) com uma

grande variedade de artigos que ficaram dispersos pela imprensa, reunidos pelo seu centenário no primeiro volume das *Obras* (1983), editadas pelo Instituto Histórico da Ilha Terceira; o micalense Luís Bernardo de Leite Ataíde (1882-1955) com os trabalhos sobre a etnografia e o património artístico açoriano, publicados na primeira metade do século e reunidos em *Etnografia, Arte e Vida Antiga dos Açores* (4 vols., 1973). Ambos se interessaram também pela história, sendo de salientar os trabalhos de história da arte de Leite Ataíde.

No início dos anos 40, foram fundados o Instituto Histórico da Ilha Terceira (IHIT) e o Instituto Cultural de Ponta Delgada (ICPD) com o objectivo expresso de contribuir para o conhecimento da história e cultura insular, bem como de dinamizar as actividades culturais. Estas agremiações contaram com o apoio dos respectivos Governadores Civis e das Juntas Gerais, durante o Estado Novo, e posteriormente dos governos regionais. A ajuda financeira permitiu-lhes manter linhas editoriais e publicar revistas com uma periodicidade que variou ao longo da sua existência: o *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira* (1943-) e a *Insulana* (1944-). Na ilha do Faial, veio a ser fundado o Núcleo Cultural da Horta, em 1954 (NCH), que também começou a publicar um *Boletim*, dois anos mais tarde. Entre as actividades que os sócios têm organizado com alguma regularidade distinguem-se as conferências e os encontros científicos, sendo de destacar os colóquios sobre a *História do Atlântico*, do IHIT, cujas actas foram publicadas nos anos 80, e sobre o *Faial e a Periferia Açoriana (séculos XV-XX)*, do NCH, que se realiza de quatro em quatro anos e já vai na quinta edição.

Em torno destas associações culturais se reuniam os intelectuais e os historiadores açorianos, entre os quais podemos referir: Francisco Carreiro da Costa (1913-1981), José Bruno Tavares Carreiro (1880-1957) e Armando Côrtes-Rodrigues (1891-1971), entre os fundadores do ICPD; Luís da Silva Ribeiro (1882-1959), Gervásio Lima (1876-1945), Francisco Lourenço Valadão (1889-1969), Henrique Brás (1884-1947), entre os que estiveram na origem do IHIT; Marcelino Lima (1869-1961) e o P^o Júlio da Rosa (1924-), no caso do NCH. Do ponto de vista sociológico, estes homens faziam parte do alto funcionalismo, das profissões liberais, da estrutura da Igreja e do professorado dos liceus, o que os tornava representativos de uma classe média com formação superior, isto é, a elite cultural das ilhas.

Neste quadro da produção historiográfica sobre os Açores, não se pode esquecer o Instituto Açoriano de Cultura (IAC), fundado em 1955 por iniciativa de um grupo de professores do Seminário Maior de Angra, que foi responsável pelas Semanas de Estudo (1916-1966) e por encontros culturais, onde pontual-

mente sugeriram trabalhos de história. De igual modo, na revista *Atlântida*, cuja publicação se iniciou no ano da criação do Instituto, e na colecção *Ínsula* também foram editados trabalhos historiográficos. Em 2008, o IAC foi o editor da *História dos Açores, do Descobrimento ao Século XX*, dirigida por Artur Teodoro de Matos, Avelino de Freitas de Meneses e José Guilherme Reis Leite. Esta obra em dois volumes contou com a colaboração de trinta investigadores, a maior parte dos quais da Universidade dos Açores, mas também de outras instituições de ensino superior do país. É o ponto culminante de um percurso de expansão dos estudos historiográficos que marcou decisivamente o panorama cultural dos Açores e do país, desde o final dos anos 70 do século passado.

No caso dos Açores, teve uma importância capital a fundação do Instituto Universitário, em 1976, transformado em Universidade três anos mais tarde. Entre as disciplinas inicialmente leccionadas contava-se uma História dos Açores que ficou a cargo de Francisco Carreiro da Costa, a qual deu origem a uma publicação intitulada *Esboço Histórico dos Açores*, que saiu em 1978. Mas foi com a criação do Departamento de História e com o novo Estatuto da Carreira Docente Universitária, o qual impunha a obrigação de diversos tipos de provas académicas, que ficaram reunidas as condições para um acentuado crescimento dos estudos históricos sobre os Açores, no âmbito académico. Posteriormente, a criação dos mestrados em História Insular e Atlântica e em Relações Internacionais também contribuiu para alargar a produção científica que, obviamente, não é exclusiva dos professores universitários açorianos. Investigadores de outras áreas profissionais, em especial professores dos ensinos básico e secundário, e de outras regiões do país também se têm interessado pela história insular e contribuído para ampliar o conhecimento do passado açoriano.

Não é possível analisar, no âmbito deste breve esboço, o conjunto da produção sobre a história dos Açores dos últimos trinta anos, por isso vamos somente apresentar uma panorâmica geral sem referir os autores (para uma abordagem mais detalhada ver: Leite, 1993 e Dias, 2009). Nesta ordem de ideias, importa salientar algumas linhas de força:

- todos os séculos têm sido objecto de estudos e alguns períodos anteriormente esquecidos foram resgatados do esquecimento, como os séculos XVIII e XIX, sobretudo a segunda metade da centúria e a grave crise finissecular, e o século XX que, apesar disso, continua a ter importantes hiatos no seu conhecimento;

- os estudos organizam-se, agora, por áreas de interesse temático, distinguindo-se a história económica no panorama das publicações académicas; tal facto prende-se com a inflexão que houve nessa direcção nos anos 70, como reacção ao menosprezo a que tinha sido votada no período do Estado Novo, e com a atenção que merecem as questões do desenvolvimento regional, numa perspectiva histórica;
- dentro das temáticas, refira-se ainda o interesse pela demografia histórica e a emigração, pela história social das elites, por algumas grandes casas, com a dos Bensaúde, dos Raposo do Amaral e dos Barões da Fonte Bela, pela história da cultura e das artes, pela história da Igreja e das práticas religiosas e pela história política, com especial destaque para a questão dos movimentos autonomistas e da posição geoestratégica do arquipélago no contexto do Atlântico;
- neste quadro de expansão da historiografia regional verificou-se, ultimamente, um renovado interesse pelas biografias e pelo estudo de famílias estrangeiras radicadas nas ilhas, como os Bensaúde e os Dabney, ou de grandes famílias açorianas, como os Canto, que tiveram um papel marcante na sociedade micaelense oitocentista;
- a tradição das genealogias manteve-se e aprofundou-se através de diversos estudos, dando a conhecer as origens e os percursos das famílias que se foram estabelecendo nas ilhas, como os Monjardino, de Génova, os Fisher, os Azevedo da ilha do Pico, entre outros;
- a história dos municípios continua a merecer o interesse dos investigadores, numa perspectiva renovada, bem como a história das ilhas, especialmente de S. Miguel e da Terceira, apesar das outras ilhas também terem vindo a ser contempladas; surgem igualmente apontamentos de história urbana sobre as antigas capitais dos distritos, mas não são esquecidas as outras cidades, as vilas e as freguesias, bem como algumas instituições que marcaram as sociedades insulares, caso das Misericórdias, das Escolas Secundárias e do Magistério Primário, dos Portos e das Bases Aéreas, pela importância que têm na vida das populações.

A diversidade dos olhares e das formações dos investigadores traduz-se numa qualidade muito variável da produção historiográfica, mas é notório o grande avanço que se verificou em relação aos períodos anteriores, por causa da exigência introduzida pela academia. As publicações de fontes documentais continuaram

a ser feitas, sendo evidente que há uma tradição proveniente da concepção positivista oitocentista que se tem mantido viva na melhor historiografia açoriana. A atenção aos arquivos e às fontes manuscritas e impressas tem sido marcante, produzindo bons resultados numa história que aposta no rigor possível na reconstituição dos factos. Por outro lado, não foi abandonada a publicação de repertórios bibliográficos, de catálogos e de índices, que são instrumentos de trabalho essenciais para os estudiosos. Neste aspecto, importa destacar o acervo de informação que foi posta em linha no Centro do Conhecimento dos Açores, sob os auspícios da Direcção Regional da Cultura (<http://culturacores.azores.gov.pt/>). Uma bibliografia geral dos Açores, diversos inventários – genealógico, do património imóvel e arqueológico, da fotografia e imagem – mas, acima de tudo, o monumental projecto da *Enciclopédia Açoriana* que possui muitas entradas com interesse para a histórias das ilhas.

Nos últimos decénios, a investigação histórica tende a profissionalizar-se, nas ilhas e no resto do país, em torno das instituições de ensino superior e dos centros de estudos da rede nacional de investigação. Porém, continua a haver espaço para os amadores, os curiosos e os autodidactas no âmbito da história local, mas no caso dos Açores constatamos que são um grupo minoritário que não se tem renovado. A formação académica especializada, a socialização com os pares, em colóquios e encontros científicos, a integração em projectos colectivos e a publicação em revistas acreditadas é fundamental para a credibilidade do trabalho do investigador. Disso acabam por depender apoios, financiamentos e publicações, o que vai exigindo maior profissionalismo. Deste modo, a Universidade dos Açores ganha protagonismo e a revista *Arquipélago*, primeiro de Ciências Humanas (1979) e, em seguida, especificamente, de História (1986), centraliza a produção dos especialistas.

Em conclusão é importante salientar a importância e a continuidade dos estudos históricos nas ilhas dos Açores, nos últimos dois séculos. As gerações liberais deram um impulso fundamental ao conhecimento da história dos Açores, dominado pela preocupação de resgatar memórias que, de outro modo, corriam o risco de ficar para sempre no esquecimento. As elites insulares queriam acompanhar o passo das mudanças em curso no país e contribuir para o desenvolvimento do arquipélago dos Açores. Para o efeito, havia que conhecer o passado e dele retirar as necessárias lições para o presente e o futuro. A historiografia oitocentista ficou marcada por esta matriz ideológica e pela preocupação de desenterrar da poeira dos arquivos públicos e particulares os documentos necessários para

reconstituir os factos. Houve, assim, uma importante produção de monografias e estudos parcelares, acompanhada pela publicação de acervos documentais, de que o *Arquivo dos Açores* foi, naturalmente, a melhor expressão.

Esse labor teve continuidade no século XX e um impulso significativo com a fundação de institutos e organismos culturais nas antigas capitais de distrito. A história continuava a despertar o interesse de intelectuais, autodidactas e polígrafos locais, apesar dos condicionalismos financeiros e da dificuldade de dar à estampa os resultados da investigação. Porém, esta produção manteve-se dentro de estreitos limites impostos pela dimensão das ilhas, pela sua dispersão e pelo reduzido número daqueles que tinham condições para se dedicar aos estudos históricos. A situação viria a sofrer uma alteração radical com o estabelecimento do regime autonómico e a criação do Instituto Universitário, depois transformado em Universidade dos Açores. A expansão do ensino superior e das provas académicas, a par de uma maior disponibilidade de recursos financeiros e de interesse por parte de organismos públicos, como a Direcção Regional da Cultura, na história dos Açores propiciaram as condições para uma proliferação dos estudos e das publicações. Nesse aspecto, apesar da especificidade regional, os Açores acompanharam um movimento geral de expansão da historiografia que foi notório nas últimas quatro décadas em Portugal. Disso é testemunho evidente a edição de várias histórias de Portugal, em múltiplos volumes, e o fenómeno de sucesso editorial que foi a obra dirigida por José Mattoso para o Círculo de Leitores. Nos Açores, o corolário desse tipo de abordagem global foi a *História dos Açores, do Descobrimento ao Século XX*, um trabalho de síntese que foi possível realizar entre 2004 e 2008. Segundo os directores científicos da obra, o “plano de trabalho foi concebido na óptica de um ilhéu, que, sem ressentimento ou revolta, mas também sem ufanismos distorcidos ou patriotismos exacerbados, analisa, de uma perspectiva local, a evolução histórica das ilhas, à luz das fontes disponíveis, sem esquecer, naturalmente, o enquadramento nacional e até internacional.” (Matos e al., 2008, p. 10).

Olhando para a produção historiográfica destes dois séculos verificamos que alguns temas conheceram maior fortuna do que outros e percebe-se facilmente porquê. O descobrimento e o povoamento apaixonaram gerações de estudiosos, porque se prendem com a origem da sociedade açoriana e com a identificação da sua gente. As viagens para o ocidente e o papel dos açorianos nos descobrimentos marcaram uma época em que a discussão das prioridades e das glórias faziam parte de uma agenda nacionalista em que os eruditos insulares também

se reviam. A história política político-administrativa teve sempre um lugar marcante nas monografias, por causa do debate sempre presente sobre o centralismo *versus* a descentralização. A história política de períodos marcantes também esteve em foco, como o domínio filipino e a restauração, as reformas pombalinas e as revoluções liberais. Uma longa tradição oriunda das corografias valorizou sempre as monografias locais, destacando-se a abordagem por ilhas ou por circunscrições administrativas, os distritos ou os concelhos. Não é alheia a esta opção a facilidade de acesso aos arquivos e a documentação disponível, geralmente organizada em função das divisões do território e dos órgãos político-administrativos locais. A narrativa histórica estruturava-se, deste modo, em torno dos sucessos da administração e dos acontecimentos mais marcantes da vida das comunidades.

Já no século XX, a expansão dos estudos históricos esteve associada uma multiplicação das temáticas que conduziu, por um lado, a uma maior especialização da investigação e, por outro, abriu a possibilidade de sínteses mais abrangentes sobre os mais variados aspectos do desenvolvimento da sociedade açoriana. Neste processo é importante constatar que a historiografia produzida nos Açores seguiu de perto as tendências dominantes nas várias épocas, seja em relação aos assuntos em foco, às metodologias ou às correntes teóricas. Naturalmente, a produção foi sempre variada e de qualidade desigual, mas tem sido notável o esforço para construir a memória colectiva dos açorianos. A dinâmica do regionalismo açoriano não é alheia a esse facto e traduz-se num movimento de cariz marcadamente político-cultural em que a história, à semelhança do que aconteceu com os nacionalismos, desempenha um papel importante na construção da identidade e da consciência colectiva das populações insulares.

Bibliografia

- ANDRADE, Jerónimo Emiliano de (1843), *Topographia ou Descrição Phisica, Politica, Civil, Ecclesiástica e Histórica da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, Imprensa de Joaquim Joze Soares (Em linha: Biblioteca Nacional de Portugal, <http://purl.pt/17431>).
- DIAS, Fátima Sequeira (2009), "A Produção Historiográfica sobre o Arquipélago dos Açores, nos Últimos Trinta Anos. Uma Primeira Abordagem" in *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, nº 1, pp. 154-167.
- ENES, Carlos (1994), *A economia açoriana entre as duas guerras mundiais*, Lisboa, Salamandra.
- ENES, Carlos (s/d), "Grémios Literários", inédito, gentilmente cedido pelo autor.

- JOÃO, Maria Isabel (1991), *Os Açores no Século XIX. Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas*, Lisboa, Cosmos.
- LEITE, José Guilherme Reis (1990), "Introdução: a historiografia açoriana na 1ª metade do séc. XIX", in Francisco Ferreira Drummond, *Apointamentos Topográficos, Políticos, Cívicos e Eclesiásticos para a História das Nove Ilhas dos Açores servindo de suplemento aos Anais da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, s/n, pp. I-XXIV.
- LEITE, José Guilherme Reis (1993), "Açores" in *Vinte Anos de Historiografia Ultramarina Portuguesa (1972-1992)*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, pp. 29-47.
- MATOS, Artur Teodoro e al. (d direcção científica) (2008), *História dos Açores, do Descobrimento ao Século XX*, vol. I e II, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura.
- PEREIRA, António dos Santos (1988), "Historiografia Açoriana (1875-1925): Breve Roteiro" in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLV, pp. 665-689.
- RIBEIRO, Luís da Silva (1983); *Obras – História*, vol. II, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira.
- RODRIGUES, José Damião (1996), "Arquivo dos Açores", in *Enciclopédia Açoriana*, em linha: <http://www.culturaacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/default.aspx> [consultado 14/07/2012]
- SOUSA, João Soares de Albergaria de (1822), *Corographia Açorica, ou Descrição Phizica, Política e Historica dos Açores / por um Cidadão Açorense*, Lisboa, Impressão de João Nunes Esteves, 1822.
- TIESSE Anne-Marie (2000), *A Criação das Identidades Nacionais. Europa – Séculos XVIII-XX*, Lisboa, Temas & Debates.

ISBN: 978-989-8068-13-2

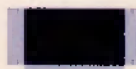


9 789898 068132



FLUL

FACULDADE
DE LETRAS
UNIVERSIDADE
DE LISBOA



AbERTA
www.uaei.pt

FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia